

Corte de verbas na Ufes: só o reitor não sente os impactos

Resignada, a Administração Central da Ufes cumpre à risca as medidas de austeridade do governo Dilma

A política do reitor da Ufes Reinaldo Centoducatte é de tentar esconder uma realidade cada vez mais evidente, colocando a verdade debaixo do tapete. As dificuldades vivenciadas por estudantes, técnicos e docentes causam espanto. A exemplo de outras instituições federais de ensino, a Ufes tem sofrido com o corte de R\$ 7 bilhões no orçamento do MEC, porém a reitoria foi a público dizer que a redução do repasse do MEC não está prejudicando serviços da universidade.

A realidade, no entanto, é outra. Dias após a declaração fantasiosa do reitor, a sede da administração central da universidade era ocupada por estudantes bolsistas que se queixavam do não recebimento do benefício e, paralelo, o hospital veterinário em Alegre fechava as portas. E a



todo o momento tem surgido reclamações sobre falta de manutenção de equipamentos, negativas para financiamento de viagens, diárias para participação em eventos. Os serviços de jardinagem, limpeza e vigilância também sofrem os impactos dos cortes. “Se há recursos para as atividades definidas como essenciais pela reitoria, resta saber quais são essas prioridades, pois não parece ser as de interesse da comunidade acadêmica”, lembra o diretor da

Adufes, Rafael Vieira.

Precarização. Nas últimas semanas, a insatisfação se espalhou pelos campi de Vitória, Alegre e São Mateus. Professores/as, funcionários/as e estudantes têm sentido na pele a falta de verbas para suas atividades e questionado as prioridades dadas pelo reitor que tenta justificar o injustificável. “O reitor diz que não há cortes, mas ‘contingenciamento’ de recursos. Ele minimiza o problema, brindando um governo que se vendeu aos banqueiros”, critica o diretor do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Vinicius Fernandes.

Em uma circular, encaminhada às unidades acadêmicas e administrativas no final de fevereiro, a ordem da administração central foi reduzir custos a qualquer preço. Com prazo estipulado “até o dia 06 de março”, todas teriam que cortar 25% das despesas dos contratos de serviços e, naqueles sob demanda, a tesoura deveria ser ainda maior. A justificativa para “as

medidas emergenciais” foi a necessidade de adequação a um decreto do governo federal que determinou o contingenciamento de 33% dos recursos.

E o que fazer, diante desta situação? “Não há o que discutir. Tive que reduzir, por exemplo, serviços de jardinagem, insumos de manutenção e fechar dois postos fixos de vigilância do campus”, detalhou o diretor do Centro Universitário Norte do Espírito Santo (Ceunes), Roney Pignaton da Silva. Oito vigilantes, segundo ele, foram dispensados.

Os cortes são motivos de preocupação, revolta e desconfiança generalizada. A comunidade acadêmica critica a falta de transparência e de diálogo por parte do reitor diante do quadro conjuntural imposto pelo ajuste fiscal. “O reitor deveria ter, no mínimo, uma posição firme de contrariedade a esta política fiscal irresponsável que fere os princípios básicos de garantia de um ensino público, gratuito e de qualidade”, cobra o presidente da Adufes, Edson Cardoso.

Outras universidades passam por dificuldades - Os estudantes de Campina Grande (PB), que dependem de auxílio moradia e auxílio transporte não recebem os benefícios desde janeiro. Economia de água, luz e papel foram as medidas adotadas na universidade de Santa Maria (RS). A federal de Goiás dispensou prestadores de serviço. Em Juiz de Fora (MG), está sendo estudado um corte no programa de qualificação dos professores e nas bolsas de estudo.

A federal de Minas Gerais suspendeu o pagamento das contas de água e luz. Serviços de vigilância e limpeza foram prejudicados. A Universidade Federal do Rio de Janeiro acabou atrasando o pagamento da empresa responsável pela limpeza, que deixou de pagar os salários dos seus funcionários. Muitos começaram a faltar. E, por causa da sujeira acumulada, à volta as aulas foi adiada por duas vezes.

Condições de trabalho comprometem qualidade do ensino na Ufes

Em assembleias e reuniões setoriais, a categoria levanta problemas para a Pauta Local de reivindicações

Trabalhar em um ambiente precário tem sido a rotina dos/as professores/as da Ufes. As denúncias acerca da falta de estrutura, espaços inadequados, com laboratórios sucateados e salas de aula insuficientes, mostram graves problemas que atravancam o cotidiano na universidade.

A pressão é grande em torno do aumento quantitativo de publicações, da sobrecarga de atividade de ensino e da falta de valorização profissional. Problemas que refletem a implementação do Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) que provocou a expansão da oferta de vagas, mas com péssimas condições de trabalho.

A categoria sente a precarização em todas as suas dimensões, expresso em jornadas laborais que beiram o limite do esgotamento físico, mental e emocional. Em todos os campi há queixas também sobre falta de refrigeração de salas de aulas, instalações elétricas e hidráulicas inadequadas, e até mesmo construções com rachaduras e infiltrações, com riscos à segurança da comunidade acadêmica.

De acordo com o presidente da Adu-

fes, Edson Cardoso, esses e outros problemas repercutem negativamente no trabalho docente. Ele cita, por exemplo, que a falta de laboratórios faz com que salas de aulas sejam improvisadas em ambientes insalubres.

O presidente afirma também que são muitas as críticas sobre a burocratização do processo de progressão na carreira. “Um processo que deveria ser automático, uma vez que a Ufes tem acesso a toda documentação referente às atividades de ensino, pesquisa e extensão dos docentes”.

Situação deplorável. Em visita ao Centro de Ciências Agrárias (CCA), em Alegre, o sindicato constatou a precariedade do campus. “Ventiladores quebrados e sem pessoal para consertar. Encontrei salas de aulas com aparelhos de ar condicionados instalados há mais de um ano e que não funcionam porque a rede elétrica não suporta”, relata o presidente da Adufes. O prédio de Geologia da unidade teve que ser interditado no semestre passado devido às más condições do edifício.

Encaminhamentos. A pauta local está sendo construída e discutida nas assembleias da categoria. Portanto, é importante que todos/as participem das plenárias convocadas pelo sindicato. O documento final será entregue ao reitor e as reivindicações negociadas entre sindicato e a universidade.

EDITORIAL

A partir deste mês, a Diretoria da Adufes, por meio do Jornal Fique Por Dentro, abre um diálogo com a categoria sobre pontos fundamentais que estão entre as deliberações do 34º Congresso do Andes - Sindicato Nacional.

Avaliações críticas sobre os ajustes fiscais recentes e os cortes orçamentários para as políticas sociais, incluindo a pasta Educação, entrarão como prioridade na pauta desta edição. Dentro desse contexto, dados e informações sobre perdas salariais, desestruturação da carreira docente e deterioração das condições de trabalho aparecem como eixos centrais, numa perspectiva de evidenciar às/aos colegas docentes que o cenário requer mobilização e luta em defesa da Universidade Pública.

A Campanha Unificada dos SPF neste ano de 2015 também nos mostra que há uma tentativa de desmonte do serviço público federal e que a articulação com outras categorias é necessária para barrarmos um forte processo de privatização e terceirização desses serviços. Sabemos que quem perde é a população, haja vista os exemplos na UFES: problemas do HUCAM não se resolveram com a EBSERH, desvios na FCAA sendo pagos com o orçamento da UFES, empresas terceirizadas que somem com dinheiro sem pagar trabalhadores e interrompem os serviços (quem esqueceu da PH-Serviços?). Num contexto em que se quer que a conta da crise seja paga por trabalhadores/as, só nossa organização e mobilização poderá frenar esse desmonte e arrancar ganhos para docentes e para a Universidade pública. Verbas para as políticas públicas, campanha salarial, carreira docente e condições de trabalho, portanto, estarão direcionando o debate em nosso jornal nos próximos meses.

Nesse mesmo sentido, reafirmamos a defesa do serviço público e a luta contra a mercantilização da educação como compromissos do movimento docente. Estejamos atentas/os e prontas/os para mais uma Jornada de Lutas!



Rachaduras e infiltrações em prédio de Geologia deixam comunidade acadêmica com medo.

2015: ano de arrocho para os/as trabalhadores/as!

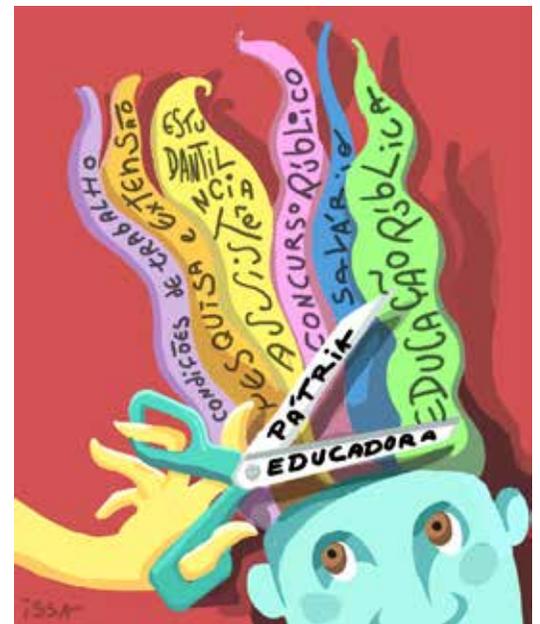
Nem a Educação, eleita como 'prioridade' nesse segundo mandato do governo Dilma Rousseff escapou do corte de gastos do governo. "A Educação foi o ministério que mais perdeu, bem como o da Ciência e Tecnologia, portanto 2015 será de arrocho salarial e de ataque à Educação Pública e à produção de conhecimento", ressalta o diretor da Adufes, Rafael Vieira.

Os cortes, segundo ele, estão direcionados para os/as trabalhadores/as e para os serviços públicos. "O ministro do Planejamento reiterou que a meta é diminuir gastos com os serviços públicos, anunciando que este ano a previsão é gastar menos com a folha salarial do que no ano passado. E isso com a inflação fora do controle", frisa preocupado.

De fato, há anos, o objetivo da política econômica do país tem sido pagar os juros da dívida juntos aos grandes bancos. Em 2015, não será diferente. O orçamento federal reserva a estrondosa

cifra de R\$ 1,3 trilhão para os gastos com a dívida pública, o que corresponde a 47% de tudo que o país vai arrecadar com tributos, privatizações e emissão de novos títulos, entre outras rendas.

Tudo isso, lembra Rafael, acontece sob o discurso de "Brasil, pátria educadora", obrigando os/as trabalhadores/as a pagar a conta da crise e da subordinação do governo ao capital. "Os rentistas do sistema financeiro e corporações internacionais têm no Brasil um paraíso especulativo. A crise anunciada nada mais é que uma manobra criada pelo capital financeiro para renovar seus lucros e aumentar ainda mais a exploração da força de trabalho", conclui.

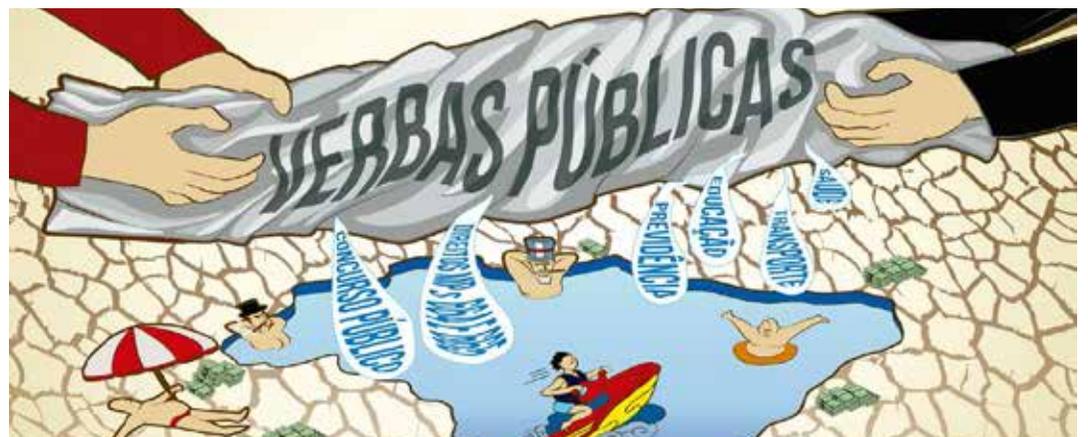


Segundo Auditoria Cidadã da Dívida, o momento pelo qual passa o país é crítico e mostra fim do ciclo de crescimento, com claros sinais de recessão à vista. As previsões são de inflação persistente, endividamento e risco de aumento do desemprego. Por outro lado, os números indicam aumento de 20,5% na arrecadação (últimos três anos), o que poderia ser maior se a política de isenção fiscal do governo fosse séria.

É hora de lutar por condições de trabalho, carreira e salários!

A Campanha Salarial Unificada dos Servidores Públicos Federais (SPF) deverá ser uma das mais difíceis. "Mas não podemos deixar que isso sirva de desculpa para congelar salários e retirar direitos, porque não somos os responsáveis pela crise", diz o presidente da Adufes, Edson Cardoso.

No seu 34º Congresso Nacional, ocorrido em fevereiro, o ANDES-SN deliberou por avançar nas negociações pela carreira docente, por condições de trabalho e salário. As perdas salariais acumuladas de todo o funcionalismo federal ultrapassam os 27%. Esse, inclusive, é um dos pontos da pauta unificada dos SPF que contempla também itens como o fim das terceirizações e a revogação das reformas da previdência. O 34º Congresso do ANDES-SN aprovou, nesse sentido, um calendário de mobilização e assembleias que estão em curso e apontou a necessidade de intensificar a luta.



Em 20/03, o Fórum das Entidades Nacionais dos SPF reuniu-se com o ministro do planejamento, Nelson Barbosa, que descartou a concessão de qualquer reajuste. Na tentativa de enfraquecer todo o processo, o governo decidiu recorrer a mesas setoriais, montando assim um calendário de negociação. As reuniões começam em maio e encerram em julho, sendo que o resultado será encaminhado ao Congresso Nacional até 31 de agosto.

Porém, no início deste mês, durante os três dias da Jornada de Lutas dos SPF, as categorias cobraram a abertura imediata das negociações, evitando assim que o governo use do mesmo expediente de 2012 – "ou quer e assina ou não quer e não leva" –, quando impôs um reajuste, parcelado em três anos. O Secretário de Relações do Trabalho do MPOG, Sergio Mendonça se comprometeu, então, em tentar antecipar a agenda de reunião ainda para abril.

FIQUE POR DENTRO DOS RUMOS DA CAMPANHA SALARIAL ATRAVÉS DE BOLETINS, SITE, FACEBOOK E TWITTER DA ADUFES.

Pontos da pauta unificada: Política salarial permanente com correção das distorções e reposição inflacionária; índice linear de 27,3%;

data-base em 1º de Maio; retirada dos projetos do CN que prejudicam os servidores; direito de Negociação coletiva (OIT 151); aprovação dos projetos dos interesses dos trabalhadores; isonomia dos benefícios entre os 3 poderes; paridade entre ativos/aposentados/pensionistas.

Hospital Veterinário no CCA é fechado por tempo indeterminado

A interrupção no atendimento e também nas aulas práticas dos/as alunos/as, no Hospital Veterinário (HOVET), que é ligado ao Centro de Ciências Agrárias (CCA) começou no início do mês. De acordo com a coordenadora do hospital, a professora Camila Barbosa, há muitos problemas na unidade. “Existem dificuldades no fornecimento de água potável e no abastecimento de energia elétrica. Além disso, há vários equipamentos quebrados e sem manutenção, o que compromete o andamento das atividades”, garantiu a coordenadora.

O HOVET é o único hospital veterinário público do Estado. A unidade funciona como principal laboratório de formação profissional dos discentes do curso de medicina veterinária e de pós-graduação e é onde são desenvolvidas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Segundo a professora Camila Barbosa, com o fechamento do hospital mais de 250 animais deixarão de ser atendidos por mês. Além disso, alunos do 3º período em diante serão prejudicados, com a interrupção das aulas práticas, comprometendo assim o ano letivo.

Corte de verbas. As universidades federais começaram o ano com um corte de mais de 30% no orçamento, está fal-



Estudantes do Curso de Medicina Veterinária protestam contra a falta de infraestrutura na unidade.

tando dinheiro para pagar serviços terceirizados, para compra de materiais de consumo e conserto de equipamentos. Mas, os problemas no Hospital Veterinário são antigos. “Os cortes só agravaram as dificuldades que já existiam. Enquanto não houver condições mínimas de infraestrutura, as atividades de ensino, pesquisa e extensão permanecerão paralisadas”, afirmou a coordenadora.

Estudantes em risco. O CCA possui áreas experimentais no distrito de Rive e nos municípios de São José do Calçado e Jerônimo Monteiro. A distância entre as unidades pode chegar a 8 km. E os/as estudantes sofrem com a falta de transporte municipal e universitário. “Temos que pegar caronas com desconhecidos, correndo o risco de assaltos e estupros.

Os horários das linhas municipais não coincidem com as aulas, e o transporte universitário praticamente inexistente. O jeito é pegar carona ou chegar atrasados/as nas aulas”, diz Izabela Cosmo, representante do Centro Acadêmico de Medicina Veterinária.

Manifestação. No início do mês, os universitários fizeram manifestação na sede do Centro de Ciências Agrárias, para denunciar o descaso da administração da Ufes com a unidade. Novos protestos deverão ocorrer, inclusive com o fechamento da Rodovia ES 482, caso as reivindicações da comunidade acadêmica não sejam atendidas.

2º Congresso da CSP-Conlutas será em junho

Já foi dada a largada para a realização do Congresso Nacional da Central que acontecerá entre 4 e 7 de junho, em Sumaré (SP). “A CSP-Conlutas quer avançar na unidade de todos os setores classistas e combativos que se encontram dispersos. Portanto, teremos um Congresso com forte presença da base das categorias profissionais e demais setores organizados”, ressalta o diretor da Adufes, Raphael Góes Furtado.

Preparar a classe trabalhadora para os enfrentamentos que virão. Segundo Raphael, a principal tarefa da CSP-Conlutas é se colocar à frente

das lutas que estão ocorrendo e que devem se acirrar, dada a situação econômica do país. “Não só as lutas econômicas, salariais, mas todas as mobilizações que vierem a ocorrer. E a expectativa é de muitas mobilizações por conta da atual conjuntura, do aumento do custo de vida e do descaso do governo com as políticas sociais no país”, frisa. O 2º encontro será antecedido do 7º Conad Extraordinário, que terá como tema “Contribuições do ANDES-SN para o 2º Congresso da CSP-Conlutas”. O Conad Extraordinário ocorrerá nos dias 2 e 3 de maio, em Brasília (DF).

Prestação de Contas Adufes

A gestão em exercício no sindicato divulgará mensalmente no Fique Por Dentro a prestação de contas da Adufes, garantindo transparência e responsabilidade de todas as ações da entidade.

RECEITA MÊS 02/2015

RECEITAS GERAIS (Mensalidades)	125.778,86
OUTRAS RECEITAS*	17.475,95
TOTAL DA RECEITAS	143.254,81

DESPESAS MÊS 02/2015

Despesas c/Pessoal	28.564,39
Atividades e Eventos Sindicais	34.456,34
Serviços Prestados Terceiros**	5.620,00
Encargos Sociais	1.418,14
Despesas Gerais***	41.507,42
Despesas Tributárias	2.692,43
Despesas Financeiras	91,70
TOTAL DAS DESPESAS	R\$114.350,42

*Outras Receitas refere-se a aplicações e investimentos. | **Serviços Prestados Terceiros refere-se a Assessoria Contábil, Jurídica, Assistência Técnica Informática, Serviços Profissionais Pessoa Jurídica e Pessoa Física. | ***Despesas Gerais refere-se a repasses para o Andes-SN, gastos com água, luz, telefone, correios, segurança, lanches, cópias, agenda de fim de ano, anúncios, assinatura jornais e revistas, despesas legais e judiciais, materiais de limpeza, de escritório e combustíveis.